

## VIVER COM UM NOVO CHAPEU EUROPEU

Maria Joao Rodrigues

2010.05.12

Protegido por um novo chapéu europeu, Portugal terá escapado a temível espiral de especulação e recessão que se abateu sobre a Grécia. Será que poderemos respirar de alívio? Eis por que não.

Ao fim de três meses de alta tensão e profundas divergências, a União Europeia acaba de decidir criar novos mecanismos de proteção da zona euro contra certas investidas dos mercados financeiros. Estas investidas procuram obter ganhos adicionais especulando com o risco de incumprimento por parte de Estados Membros com dívida pública elevada ou outras fragilidades económicas. Começaram pelo elo mais fraco que é a Grécia e preparavam-se para fazer o mesmo com outros países, seguindo-se Portugal e a Espanha, num efeito dominó que poderia tornar-se imparável, minando os alicerces da União Económica e Monetária.

Este sobressalto europeu à beira do precipício tem alto significado, porque conduziu à criação de instrumentos não só de grande porte financeiro (750 biliões de euros) mas também de natureza comunitária, traduzindo-se assim num aprofundamento, que ficará histórico, da construção e solidariedade europeia. Só que o reverso da medalha é também um aprofundamento da responsabilidade orçamental de cada Estado-membro.

A contrapartida exigida na mesma noite a Portugal, Espanha e outros foi a adoção imediata de esforços adicionais de redução do défice público. Sejam claros: no imediato não haverá outra alternativa senão aceitar. A médio prazo há porém dois cenários para os países europeus. Ambos pressupõem responsabilidades orçamentais e uma profunda reforma do sistema financeiro visando controlar estas inaceitáveis pressões especulativas. Mas há uma escolha a fazer, com grandes implicações: dar prioridade à austeridade ou antes ao relançamento económico? No primeiro caso, as políticas económicas e sociais serão subordinadas ao reequilíbrio orçamental. No segundo cenário, estas políticas serão focalizadas no apoio ao investimento público e privado e na criação de emprego como a melhor de forma, não só de acelerar o crescimento, mas também de proceder ao reequilíbrio orçamental, uma vez que é mais fácil reduzir o défice quando o crescimento é de nível superior.

Compatibilizar o relançamento económico com o reequilíbrio orçamental é, pois, o grande quebra cabeças que todos os países europeus terão de resolver nos próximos anos. A solução para este dilema está em escolhas a fazer ao nível nacional mas também, e cada vez mais, ao nível europeu. Será necessário que os Estados Membros se ponham de acordo com uma série de inovações na governação da zona euro: recompensar os governos que redirecionarem despesa pública para o investimento e o emprego, coordenar a transferência da carga fiscal do trabalho para impostos verdes e financeiros, desenvolver novos instrumentos de mobilização das poupanças para financiar investimentos de longo prazo, como os euro-bonds. Acima de tudo, coordenar as políticas económicas nacionais para promover, não só o

requilíbrio orçamental mas a promoção do crescimento, e de um novo tipo de crescimento, que deveria ser mais verde, inteligente e inclusivo. Trata-se de decisões chave que serão tomadas ao longo dos próximos meses nas instituições europeias. É pois importante participar activamente nelas, se quisermos manter influência nas grandes condicionantes do nosso futuro colectivo e individual. A cidadania europeia tem exactamente a ver com isto.

Entretanto, há também um grande trabalho de casa que nos espera para os próximos anos. Numa pequena economia aberta como é a nossa, as possibilidades de crescimento e de criação de emprego dependem do reforço da nossa competitividade. A partir do momento em que entramos para a zona euro deixamos de poder reforça-la com a política cambial ou monetária. O que há de novo a partir da crise recente da zona-euro é que deixámos também de poder contar também com o acesso ao crédito fácil. Resta-nos assim uma escolha muito simples: reduzir os nossos salários, benefícios sociais e condições de vida ou fazer um esforço colectivo, organizado e sistemático para aumentar a competitividade de forma avançada e inteligente. Será que é desta que vamos ter concertação estratégica entre parceiros sociais, empresas, universidades, autoridades locais e nacionais, etc ? Só um exemplo: porque não espalhar os exércitos de designers e tecnólogos que temos vindo a formar no sentido melhorar a qualidade dos nossos produtos e serviços em quase todos os sectores, dos têxteis, calçado, habitação à restauração e turismo ?